

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,  
REALIZADA NO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2012, NO SALÃO NOBRE DO  
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

**PRESENÇAS**

Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Pinto Carreira e os senhores Vereadores Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto e Margarida José César Osório Silva Duarte.

**AUSÊNCIAS**

Ausentes o senhor Presidente da Câmara Municipal e o senhor vereador Manuel José Carmo Coutinho, por se encontrarem em Vila Franca Del Penedes (Barcelona), para participarem na reunião do conselho de administração da RECEVIN - Rede Europeia de Cidades do Vinho.

**SECRETARIOU**

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

**ABERTURA (COD 02)**

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e trinta minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**ASSUNTO: VOTO DE PESAR PELA MORTE DO SENHOR ALTINO MANUEL DE CASTRO RUA (COD 14)**

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal submeteu à apreciação do executivo, uma proposta do senhor Presidente da Câmara, recebida por e.mail,

referente ao seguinte voto de pesar pelo falecimento do senhor Altino Manuel de Castro Rua, no passado dia 12 de novembro em Lazarim, Lamego.

"O senhor Altino Rua foi um Lamecense, natural de Lazarim, com uma vida empresarial de sucesso em áreas de atividade diversas, nomeadamente na gestão florestal, construção civil e obras públicas e gestão de resíduos sólidos, que consolidou, ao longo de décadas, uma sólida reputação no meio empresarial local e um pouco por todo o país. Contribuíram para este sucesso um espírito arguto e crítico e as suas raras capacidades de avaliar novas perspetivas de negócio e de desenvolvimento empresarial, assumindo-se como um verdadeiro empreendedor e self-made Man, mas igualmente a sua capacidade de se relacionar com as pessoas e instituições com quem trabalhava, sempre com o objetivo de prestar serviços de qualidade e criar valor para as suas empresas e para os seus clientes. Manteve atividade diversa no município de Lamego, quer como prestador de serviços ao município na última década e meia, quer ainda como investidor particular no concelho e associado e membro dos órgãos sociais da BeiraDouro - Associação de Desenvolvimento Local, afirmando sempre um enorme respeito e consideração por esta autarquia, onde o seu pai também exerceu funções de encarregado geral durante longos anos e granjeou, igualmente, enorme respeito, consideração e estima. Pelo exposto se propõe que a câmara municipal de Lamego manifeste público voto de pesar pelo falecimento do empresário Lamecense Altino Rua."

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar, dando conhecimento do teor desta deliberação, à respectiva família, bem como às empresas das quais era gerente.

#### EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (COD. 20)

A senhora **Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte** informou o executivo que esteve em representação do senhor Presidente da Câmara na tomada de posse do novo Grupo Desportivo Cultural de Samodães, no dia 4 de novembro, apadrinhando desta forma o clube, fazendo votos que este clube venha a contribuir para o desenvolvimento cultural e desportivo da região.

Informou, ainda, que esteve em representação do senhor Presidente da Câmara na tomada de posse da Associação de Ténis de Mesa do distrito de Viseu, para o quadriénio 2012/2016, que decorreu no salão Nobre do Município, no dia 10 de novembro, onde estiveram presentes as duas rádios da cidade e inclusivé a televisão do Porto Canal e, ainda, a Deputada Teresa de Jesus Costa Santos e

António Matos de Almeida, Presidente da Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa.

Por fim, a senhora Vereadora do Pelouro do Desporto, Margarida Duarte, desejou aos novos corpos dirigentes para as suas novas funções um mandato cheio de sucessos desportivos.

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** informou o executivo que esteve presente, no dia 10 do corrente, na abertura de instalações da Universidade Sénior, que foi precedida de um palestra e bênção deste espaço por D. António Couto, Bispo de Lamego.

Informou, ainda, que esteve presente em representação do senhor Presidente da Câmara, na entrega de prémios de mérito do Agrupamento de Escolas Latino Coelho.

Mais informou que esteve presente, juntamente com o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal e o senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro na missa dos 25 anos da Obra Kolping e, da parte de tarde, no sarau comemorativo dos 25 anos da Instituição. Toda a celebração decorreu com muita dignidade.

O senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** subscreveu as palavras da senhora Vereadora Marina Valle, relativamente às comemorações da Universidade Sénior e da Obra Kolping.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** referiu-se ao evento que se realizou no Teatro Ribeiro Conceição, que incidiu numa justa homenagem ao artista lamecense Fernando Correia Dias, pioneiro no modernismo gráfico em Portugal e no Brasil e um dos primeiros artistas do nosso país a assumir-se como *designer* polifacetado. No ano em que se celebra o 120º aniversário do seu nascimento, a Câmara Municipal de Lamego, em parceria com diversas outras instituições, promoveu um conjunto de realizações que pretendeu recuperar o esquecimento da obra genial e marcante deste “poeta do traço”, natural da freguesia da Penajóia.

Na noite de 10 de novembro, promoveu-se a apresentação pública do livro *“Correia Dias, esquecido e inesquecível. Artista de Portugal e do Brasil”*, da autoria de Arnaldo Saraiva, no âmbito do projeto Douro Cultural desenvolvido pela *Douro Alliance – Eixo Urbano do Douro*.

Este evento terminou com a atuação memorável do Grupo de Antigos Orfeonistas da Universidade de Coimbra, cidade que viu romper a atividade artística de Correia Dias no início do século XX.

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** lamentou a ausência do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penajóia, José Ferreira dos Santos, local de onde o homenageado era natural. Registou o enorme empenho e determinação do Sr. Mário Sérgio Correia Dias, sobrinho do homenageado, que em muito contribui para que esta homenagem se concretizasse na data que assinalava os 120 anos do seu nascimento.

#### EMPRESAS MUNICIPAIS (COD. 22-A)

O senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** questionou o senhor Vice-Presidente sobre qual a razão porque ainda não foi presente à reunião de Câmara Municipal o relatório semestral da empresa municipal Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais, EEM.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que, tal como se encontra previsto na alínea e) do artigo 18º dos estatutos da referida empresa municipal, o relatório semestral já deveria ter sido apresentado à Câmara Municipal, o que até a presente data ainda não aconteceu.

Assim, e sob proposta do senhor Vice-Presidente, a Câmara Municipal irá providenciar a entrega imediata do referido documento, apesar da extemporaneidade da sua entrega.

#### ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (COD. 43)

O senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** deixou uma nota a propósito da missiva que lhe foi remetida pelo Chefe de Divisão das Finanças e Património, destinada à preparação da elaboração do orçamento do Município de Lamego. Discorda, no entanto, da forma encontrada para o fazer. É que, em seu entendimento, deveria ser o senhor Presidente da Câmara a solicitar essa intervenção, ou o senhor Vice-Presidente da Câmara, nas suas faltas e impedimentos, e não o Chefe de Divisão, muito menos a dois dias do fim do prazo, fundamentando a sua posição, nos termos estabelecidos na Lei sobre o Estatuto do Direito de Oposição.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara Municipal** respondendo ao senhor Vereador afirmou que o Chefe de Divisão das Finanças e Património é responsável

pela elaboração técnica do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Lamego, sendo, por isso, também, responsável por contactar todos os vereadores e dirigentes, a fim de intervirem na elaboração do referido orçamento, tendo sido, portanto, cumprida a formalidade legal.

#### **TUTELA (COD. 64)**

O senhor **Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** referiu que tomou conhecimento, através de terceiros, que, no seguimento da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas às contas de 2008, o senhor Presidente da Câmara e os senhores vereadores já foram notificados, pelo que gostaria de saber porque é omitida essa informação pelo executivo camarário, sendo que, a posteriori, interpõem recurso com o dinheiro do erário público Município.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara Municipal** respondendo ao senhor Vereador afirmou que os eventuais infratores se foram notificados, não o foram enquanto membros de qualquer executivo, mas sim pessoalmente, uma vez que se trata de um assunto privado.

A Câmara Municipal não tem qualquer conhecimento, a existir, desse facto, pois não recebeu qualquer comunicação acerca dessa matéria.

#### **ASSOCIAÇÕES (COD 08)**

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do ofício, datado de 29 de outubro de 2012, emanado da Associação Dadores Benévolos de Sangue de Lamego, agradecendo o almoço servido aos dadores de sangue, na Cantina Municipal do Município de Lamego, no passado dia 28 de outubro.

**Deliberado:** O Executivo tomou conhecimento.

#### **LISTAGEM DAS OBRAS PARTICULARES – PROJECTOS DE ARQUITECTURA APROVADOS (COD 42)**

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo dos projetos de arquitetura aprovados de obras particulares, no mês de outubro de 2012.

**Deliberado:** O Executivo tomou conhecimento.

#### **OBRAS PARTICULARES (COD 42)**

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do mapa resumo da atividade desenvolvida na Divisão de Urbanismo e Desenvolvimento Económico, durante o mês de outubro de 2012

**Deliberado:** O Executivo tomou conhecimento.

#### **ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (COD 43)**

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tendo em conta a necessidade de reforço de rubricas de despesa, deu conhecimento ao executivo da 13ª alteração ao Orçamento da Despesa, no montante de 338.210,00€, reforçando-se as despesas com os trabalhos especializados, aquisição de terrenos e empréstimos de curto prazo. Procede também à 13ª Alteração ao Plano de Atividades reforçado em 20.900,00€ e anulado em 77.700,00€ e à 13ª Alteração ao Plano de Investimentos, anulado em 265.610,00€ e reforçado em 42.500,00€.

**Deliberado:** O Executivo tomou conhecimento.

#### **PAGAMENTOS (COD 45)**

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo da listagem mensal das despesas autorizadas no mês de outubro.

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

### **ORDEM DO DIA**

#### **01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 30 DE OUTUBRO DE 2012 (COD 03)**

Presente à reunião para deliberação a ata da reunião ordinária da Câmara do dia 30 de outubro de 2012, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

#### **02-ASSUNTO: APLICAÇÃO DA TARIFA DE FUGAS EM CONSUMOS ELEVADOS (COD 01)**

**REQUERENTE:** EDMUNDO SOUSA PENAS

**LOCAL:** LUGAR DE VALE DE MACIEIRA, ALVELOS - SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 561/01/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 608/DMSU, de 25 de setembro de 2012, seja autorizado o processamento da fatura de setembro de 2012, a emitir no mês de outubro, com base na tarifa de fugas prevista no Capítulo XI, ponto 2.3, do artigo 2.º da Tabela Geral de Taxas e Licenças, ao abrigo do n.º 5 do artigo 40.º do Regulamento de Águas.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**03-ASSUNTO:** APLICAÇÃO DA TARIFA DE FUGAS EM CONSUMOS ELEVADOS (COD 01)

**REQUERENTE:** NUNO SARMENTO NAVARRO MENESES

**LOCAL:** RUA ALEXANDRE HERCULANO, N.º 4 – 4º - SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 562/01/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 714/DMSU, de 31 de outubro de 2012, seja autorizada a retificação da fatura n.º 82323/12, de julho, com base na tarifa de fugas prevista no Capítulo XI, ponto 2.3, do artigo 2.º da Tabela Geral de Taxas e Licenças, ao abrigo do n.º 5 do artigo 40.º do Regulamento de Águas.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**04-ASSUNTO:** INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

**ARGUIDO:** ANTÓNIO MARIA RIBEIRO AZEVEDO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 563/17/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação n.º 638/DMSU, de 4 de outubro de 2012, em que dá conhecimento do desvio de água da rede pública de abastecimento para a propriedade de António Maria Ribeiro Azevedo, sito em Arneirós, freguesia de Vila Nova de Souto D'el Rei, através de derivação em "T", pelo que propõe à Câmara Municipal a instauração do processo de contraordenação contra António Maria Ribeiro Azevedo.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**05-ASSUNTO:** INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

**ARGUIDO:** JORGE ANTÓNIO MADUREIRA NEVES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 564/17/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação n.º 684/DMSU, de 22 de outubro de 2012, em que dá conhecimento do desvio de água da rede pública de abastecimento para a propriedade de Jorge António Madureira Neves, sito no Lugar da Boa Passagem, Entrada B, freguesia de Almacave, através de derivação em “T”, pelo que propõe à Câmara Municipal a instauração do processo de contraordenação contra Jorge António Madureira Neves.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**06-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)**

**ARGUIDA: ANABELA MADUREIRA NEVES NASCIMENTO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 565/17/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação n.º 685/DMSU, de 22 de outubro de 2012, em que dá conhecimento do desvio de água da rede pública de abastecimento para a propriedade de Anabela Madureira Neves Nascimento, sito no Lugar da Boa Passagem, Entrada B, freguesia de Almacave, através de derivação em “T”, pelo que propõe à Câmara Municipal a instauração do processo de contraordenação contra Anabela Madureira Neves Nascimento.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**07-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)**

**ARGUIDA: MARGARIDA MARIA MADUREIRA NEVES**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 566/17/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação n.º 686/DMSU, de 22 de outubro de 2012, em que dá conhecimento do desvio de água da rede pública de abastecimento para a propriedade de Margarida Maria Madureira Neves, sito no Lugar da Boa Passagem, Entrada C, freguesia de Almacave, através de derivação em “T”, pelo que propõe à Câmara Municipal a instauração do processo de contraordenação a Margarida Maria Madureira Neves.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.



**08-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)****ARGUIDO: JOSÉ DA CAL PINTO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 567/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que no dia 10/9/2012, e na sequência de uma denúncia deduzida por Joaquim Agostinho Gonçalves, verificaram que num terreno sito no Lugar da Vingada, na freguesia de Lazarim, do município de Lamego, pertença de José da Cal Pinto, foi realizada uma queimada, sem obedecer aos condicionalismos impostos pelo artigo 27º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere, ao abrigo do n.º 3 do artigo 40º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, a instauração do processo de contraordenação a José da Cal Pinto.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**09-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)****ARGUIDO: JOSÉ MARIA PINTO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 568/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que no dia 17/9/2012, e na sequência de uma denúncia deduzida por Luis Rodrigues Ribeiro, verificaram que num terreno sito no Lugar das Teixeira - Matadouro, na freguesia de Almacave, do município de Lamego, pertença de José Maria Pinto, havia muitas giestas e silvas pondo em perigo, em caso de incêndio, a sua habitação.

Tais atos são passíveis de constituir contraordenação prevista no artigo 38º, n.º 2, alínea b), por infração ao disposto no artigo 15º, n.º 2, ambos do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, e punida pelo n.º 1 do artigo 38º, do mesmo diploma legal, eventualmente praticados por José Maria Pinto, com morada na Av. 5 de outubro, n.º 1, 1º esquerdo, freguesia de Almacave.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação a José Maria Pinto.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**10-ASSUNTO:** INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

**ARGUIDO:** JOAQUIM DOS SANTOS RODRIGUES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 569/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que, no dia 17/9/2012, e na sequência de uma denúncia deduzida por José Manuel Santos Amaro, verificaram que num terreno sito na Quinta de Fontoura – S. Martinho de Souto, na freguesia da Sé, do município de Lamego, pertença de Joaquim dos Santos Rodrigues, não tinha sido efetuada a limpeza e gestão de combustível, pondo em perigo, em caso de incêndio, a sua habitação.

Tais atos são passíveis de constituir contraordenação prevista no artigo 38º, n.º 2, alínea b), por infração ao disposto no artigo 15º, n.º 2, ambos do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, e punida pelo n.º 1 do artigo 38º, do mesmo diploma legal, eventualmente praticados por Joaquim dos Santos Rodrigues, com morada no Alto de Santiago, freguesia de Cepões, do município de Lamego.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação a Joaquim dos Santos Rodrigues.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**11-ASSUNTO:** INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

**ARGUIDA:** CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA DE LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 570/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que, no dia 17/4/2012, e na sequência de uma denúncia deduzida por Maria Eugénia da Silva Costa Pedrinho, verificaram que num terreno sito no Lugar do Romão, na freguesia de Magueija, do município de Lamego, pertença da Caixa de Crédito Agrícola de Lamego, não tinha sido efetuada a limpeza e gestão de combustível, pondo em perigo, em caso de incêndio, a sua habitação.

Tais atos são passíveis de constituir contraordenação prevista no artigo 38º, n.º 2, alínea b), por infração ao disposto no artigo 15º, n.º 2, ambos do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º

17/2009, de 14 de Janeiro, e punida pelo n.º 1 do artigo 38º, do mesmo diploma legal, eventualmente praticados pela Caixa de Crédito Agrícola de Lamego, com sede na Av. 5 de Outubro, n.º 73, na freguesia de Almacave, do município de Lamego.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação à Caixa de Crédito Agrícola de Lamego.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**12-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)**

**ARGUIDOS:** JOÃO DE JESUS FRANCISCO E MARIA ORLANDA CARNEIRO DA CUNHA VELHO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 571/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que, no dia 20/9/2012, e na sequência de uma denúncia deduzida por Noé Gonçalves, verificaram que num terreno sito na Vila do Campo - Maçãs, na freguesia de Cepões, do município de Lamego, pertença de João de Jesus Francisco e Maria Orlanda Carneiro da Cunha Velho, não tinha sido efetuada a limpeza e gestão de combustível, pondo em perigo, em caso de incêndio, a sua habitação.

Tais atos são passíveis de constituir contraordenação prevista no artigo 38º, n.º 2, alínea b), por infração ao disposto no artigo 15º, n.º 2, ambos do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, e punida pelo n.º 1 do artigo 38º, do mesmo diploma legal, eventualmente praticados por João de Jesus Francisco e Maria Orlanda Carneiro da Cunha Velho, residentes, respetivamente, na Galvã, na freguesia de Cepões, do município de Lamego e na Praça do Chinde, n.º 3, r/c – dto., do município de Lisboa.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação a João de Jesus Francisco e Maria Orlanda Carneiro da Cunha Velho.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**13-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)**

**ARGUIDA: MARIA GLÓRIA FILIPE COSTA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 572/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que, no dia 23/8/2012, e na sequência de uma denúncia deduzida por Carlos Pereira da Costa Rato, verificaram que num terreno sito no Lugar da Goiana - Alvelos, na freguesia da Sé, do município de Lamego, pertença de Maria Glória Filipe Costa, não tinha sido efetuada a limpeza e gestão de combustível, pondo em perigo, em caso de incêndio, a sua habitação.

Tais atos são passíveis de constituir contraordenação prevista no artigo 38º, n.º 2, alínea b), por infração ao disposto no artigo 15º, n.º 2, ambos do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, e punida pelo n.º 1 do artigo 38º, do mesmo diploma legal, eventualmente praticados por Maria Glória Filipe Costa, com morada na Rua da Mapec, n.º 150, do município de Tarouca.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação a Maria Glória Filipe Costa.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**14-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)****ARGUIDA: FRANCISCA SOUTELO SOEIRO DE CARVALHO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 573/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo a qual refere que a GNR de Lamego remeteu um auto de notícia, relatando que, no dia 24/9/2012, e na sequência de uma denúncia deduzida por Maria da Conceição Carolina Filipe Osório, verificaram que num terreno sito em Magustim de Baixo, na freguesia de Ferreirim, do município de Lamego, pertença de Francisca Soutelo Soeiro de Carvalho, não tinha sido efetuada a limpeza e gestão de combustível, pondo em perigo, em caso de incêndio, a sua habitação.

Tais atos são passíveis de constituir contraordenação prevista no artigo 38º, n.º 2, alínea b), por infração ao disposto no artigo 15º, n.º 2, ambos do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, e punida pelo n.º 1 do artigo 38º, do mesmo diploma legal, eventualmente praticados por Francisca Soutelo Soeiro de Carvalho, com morada na Rua Via Belmiro de Azevedo, n.º 115, 1º andar, fração AP.2, em Castelo da Maia.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação a Francisca Soutelo Soeiro de Carvalho.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**15-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 9/2012 (COD 17)**

**ARGUIDO: ANTÓNIO RODRIGUES FERREIRA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 574/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo para que, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54º e artigo 58º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, seja aplicado ao arguido, António Rodrigues Ferreira, pela conduta contra-ordenacional referida, a coima de 350 € (trezentos e cinquenta euros), nos termos do n.º 1 do artigo 95º do Regulamento dos Sistemas Municipais de Distribuição de Água, Drenagem de Águas Residuais e tarifário do Município de Lamego.

Mais propõe que se notifique, nos termos do n.º 2 do artigo 46º e artigos 47º e 58º do Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de outubro, e se informe o arguido de que esta decisão transitará em julgado, tornando-se exequível, se não for impugnada judicialmente, através de recurso escrito, no prazo de 20 dias, a contar da data da notificação, do qual constem alegações sumárias e conclusões, que deverá ser presente à Autoridade Administrativa ao abrigo do disposto no artigo 59º e seguintes do Decreto-Lei nº 433/82 de 27 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei 244/95 de 14 de setembro. Dispõe de um prazo de 10 dias, subsequentes àqueles vinte, ou seja, após o carácter definitivo ou o trânsito em julgado da decisão de aplicação da coima, para liquidar a mesma, pelo que o pagamento, nesse caso, deverá efetuar-se na Tesouraria deste Município, nos termos do disposto no artigo 88º do mesmo diploma, mediante guias que o arguido deve solicitar no Gabinete de Atendimento ao Público desta Câmara Municipal.

No caso de ser impossível ao arguido efetuar o pagamento da coima aplicada no prazo referido, deverá o facto ser comunicado à Câmara Municipal, por escrito e com a devida antecedência, para os efeitos do disposto nos n.ºs 4 a 6 do artigo 88º do citado Decreto-Lei, sendo que em caso de entrega de requerimento para efeitos de adiantamento ou pagamento em prestações, deverá ser feita a junção de documentos comprovativos e atualizados da situação económica do arguido (declaração de IRC, IRS, certidões das finanças, da junta de freguesia, etc.)

Decorrido o prazo para o pagamento da coima sem que a mesma seja liquidada na Tesouraria da Câmara Municipal de Lamego ou tenha sido entregue requerimento

para os efeitos mencionados no parágrafo anterior, será o processo remetido ao Tribunal da Comarca de Lamego para efeitos de execução, ao abrigo do disposto no artigo 89º do normativo legal em referência.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**16-ASSUNTO:** PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 154/2011 (**COD 17**)

**ARGUIDO:** JOSÉ CARLOS CARDOSO NEVES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 575/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo para que, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54º e artigo 58º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, seja aplicado ao arguido, José Carlos Cardoso Neves, pela conduta contra-ordenacional referida, a coima de 350 € (trezentos e cinquenta euros), nos termos do n.º 1 do artigo 95º do Regulamento dos Sistemas Municipais de Distribuição de Água, Drenagem de Águas Residuais e tarifário do Município de Lamego.

Mais propõe que se notifique, nos termos do n.º 2 do artigo 46º e artigos 47º e 58º do Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de outubro, e se informe o arguido de que esta decisão transitará em julgado, tornando-se exequível, se não for impugnada judicialmente, através de recurso escrito, no prazo de 20 dias, a contar da data da notificação, do qual constem alegações sumárias e conclusões, que deverá ser presente à Autoridade Administrativa ao abrigo do disposto no artigo 59º e seguintes do Decreto-Lei nº 433/82 de 27 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei 244/95 de 14 de setembro. Dispõe de um prazo de 10 dias, subsequentes àqueles vinte, ou seja, após o carácter definitivo ou o trânsito em julgado da decisão de aplicação da coima, para liquidar a mesma, pelo que o pagamento, nesse caso, deverá efetuar-se na Tesouraria deste Município, nos termos do disposto no artigo 88º do mesmo diploma, mediante guias que o arguido deve solicitar no Gabinete de Atendimento ao Público desta Câmara Municipal.

No caso de ser impossível ao arguido efetuar o pagamento da coima aplicada no prazo referido, deverá o facto ser comunicado à Câmara Municipal, por escrito e com a devida antecedência, para os efeitos do disposto nos n.ºs 4 a 6 do artigo 88º do citado Decreto-Lei, sendo que em caso de entrega de requerimento para efeitos de adiantamento ou pagamento em prestações, deverá ser feita a junção de documentos comprovativos e atualizados da situação económica do arguido (declaração de IRC, IRS, certidões das finanças, da junta de freguesia, etc.)

Decorrido o prazo para o pagamento da coima sem que a mesma seja liquidada na Tesouraria da Câmara Municipal de Lamego ou tenha sido entregue requerimento para os efeitos mencionados no parágrafo anterior, será o processo remetido ao Tribunal da Comarca de Lamego para efeitos de execução, ao abrigo do disposto no artigo 89º do normativo legal em referência.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**17-ASSUNTO:** PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 20/2012 (**COD 17**)

**ARGUIDA:** MARIA DA SILVA OLIVEIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 576/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo para que, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54º e artigo 58º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, seja aplicado à arguida, Maria da Silva Oliveira, pela conduta contra-ordenacional referida, a coima de 300 € (trezentos euros), nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 115º do Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água, do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e Tarifário da Prestação de Serviços do Município de Lamego.

Mais propõe que se notifique, nos termos do n.º 2 do artigo 46º e artigos 47º e 58º do Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de outubro, e se informe o arguido de que esta decisão transitará em julgado, tornando-se exequível, se não for impugnada judicialmente, através de recurso escrito, no prazo de 20 dias, a contar da data da notificação, do qual constem alegações sumárias e conclusões, que deverá ser presente à Autoridade Administrativa ao abrigo do disposto no artigo 59º e seguintes do Decreto-Lei nº 433/82 de 27 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei 244/95 de 14 de setembro. Dispõe de um prazo de 10 dias, subsequentes àqueles vinte, ou seja, após o carácter definitivo ou o trânsito em julgado da decisão de aplicação da coima, para liquidar a mesma, pelo que o pagamento, nesse caso, deverá efetuar-se na Tesouraria deste Município, nos termos do disposto no artigo 88º do mesmo diploma, mediante guias que o arguido deve solicitar no Gabinete de Atendimento ao Público desta Câmara Municipal.

No caso de ser impossível ao arguido efetuar o pagamento da coima aplicada no prazo referido, deverá o facto ser comunicado à Câmara Municipal, por escrito e com a devida antecedência, para os efeitos do disposto nos n.ºs 4 a 6 do artigo 88º do citado Decreto-Lei, sendo que em caso de entrega de requerimento para efeitos de adiantamento ou pagamento em prestações, deverá ser feita a junção de

documentos comprovativos e atualizados da situação económica do arguido (declaração de IRC, IRS, certidões das finanças, da junta de freguesia, etc.)

Decorrido o prazo para o pagamento da coima sem que a mesma seja liquidada na Tesouraria da Câmara Municipal de Lamego ou tenha sido entregue requerimento para os efeitos mencionados no parágrafo anterior, será o processo remetido ao Tribunal da Comarca de Lamego para efeitos de execução, ao abrigo do disposto no artigo 89º do normativo legal em referência.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**18-ASSUNTO:** PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 8/2012 (COD 17)

**ARGUIDO:** FRANCISCO MANUEL OLIVEIRA TEIXEIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 577/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo para que, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54º e artigo 58º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, seja aplicado ao arguido, Francisco Manuel Oliveira Teixeira, pela conduta contra-ordenacional referida, a coima de 350 € (trezentos e cinquenta euros), nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 115º do Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água, do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e Tarifário da Prestação de Serviços do Município de Lamego.

Mais propõe que se notifique, nos termos do n.º 2 do artigo 46º e artigos 47º e 58º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, e se informe o arguido de que esta decisão transitará em julgado, tornando-se exequível, se não for impugnada judicialmente, através de recurso escrito, no prazo de 20 dias, a contar da data da notificação, do qual constem alegações sumárias e conclusões, que deverá ser presente à Autoridade Administrativa ao abrigo do disposto no artigo 59º e seguintes do Decreto-Lei n.º 433/82 de 27 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei 244/95 de 14 de setembro. Dispõe de um prazo de 10 dias, subsequentes àqueles vinte, ou seja, após o carácter definitivo ou o trânsito em julgado da decisão de aplicação da coima, para liquidar a mesma, pelo que o pagamento, nesse caso, deverá efetuar-se na Tesouraria deste Município, nos termos do disposto no artigo 88º do mesmo diploma, mediante guias que o arguido deve solicitar no Gabinete de Atendimento ao Público desta Câmara Municipal.

No caso de ser impossível ao arguido efetuar o pagamento da coima aplicada no prazo referido, deverá o facto ser comunicado à Câmara Municipal, por escrito e com a devida antecedência, para os efeitos do disposto nos n.ºs 4 a 6 do artigo 88º



do citado Decreto-Lei, sendo que em caso de entrega de requerimento para efeitos de adiantamento ou pagamento em prestações, deverá ser feita a junção de documentos comprovativos e atualizados da situação económica do arguido (declaração de IRC, IRS, certidões das finanças, da junta de freguesia, etc.)

Decorrido o prazo para o pagamento da coima sem que a mesma seja liquidada na Tesouraria da Câmara Municipal de Lamego ou tenha sido entregue requerimento para os efeitos mencionados no parágrafo anterior, será o processo remetido ao Tribunal da Comarca de Lamego para efeitos de execução, ao abrigo do disposto no artigo 89º do normativo legal em referência.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**19-ASSUNTO:** CONSELHO GERAL TRANSITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS LATINO COELHO (COD 20)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 578/20/12 do senhor Presidente da Câmara, para que sejam designados os seguintes elementos como representantes do Município para integrarem o Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas Latino Coelho, a senhora vereadora Marina de Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, o senhor Macário Cardoso Rebelo e a senhora Maria Liliana Santos Monteiro.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

O senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro proferiu a seguinte declaração de voto: *“Independentemente do mérito das pessoas, registo que têm sido sistematicamente designadas pessoas do mesmo quadrante partidário, como acontece no caso vertente, dado que as três pessoas indicadas pertencem à atual coligação, não havendo, por parte do Município, o mínimo de consideração pelos outros partidos, pelo que deveria haver o cuidado em designar, pelo menos, uma pessoa do outro partido.”*

**20-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A COMÉRCIO (COD 42)

**REQUERENTE:** ANDRÉ E GIL – ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO, LDA.

**LOCAL DA OBRA:** ROSSAS – FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 579/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 3456, de 19/10/2012, e nos termos do n.º 5 do artigo 38º, do Regulamento do PDM,

propõe que seja deliberado sobre o interesse concelhio da pretensão referenciada em epígrafe, a fim de ser permitida a sua construção, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 38º, do referido Regulamento.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**21-ASSUNTO: QUEIXA DE CASA EM RUÍNA (COD 42)**

**REQUERENTE:** JUNTA DE FREGUESIA DE SANDE

**PROPRIETÁRIO:** CARLOS MANUEL FERREIRA TEIXEIRA

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DA ARIBADA – SANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 580/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 89º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, propõe que seja deliberado a homologação do auto de vistoria N.º 26, de 1 de outubro de 2012, e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo VI – conclusão, do citado auto de vistoria.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**22-ASSUNTO: QUEIXA DE CASA EM RUÍNA (COD 42)**

**REQUERENTE:** EDUARDO FERNANDES

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DE BAIRRAL – FERREIROS DE AVÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 581/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 89º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, propõe que seja deliberado a homologação do auto de vistoria N.º 28, de 11 de outubro de 2012, e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo V – conclusão, do citado auto de vistoria.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**23-ASSUNTO: QUEIXA DE CASA EM RUÍNA (COD 42)**

**REQUERENTE:** JUNTA DE FREGUESIA DE PRETAROUCA

**PROPRIETÁRIA:** ANA MARGARIDA CARMO RODRIGUES

**LOCAL DA OBRA:** CASA DA RELVA - PRETAROUCA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 582/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que para os efeitos previstos no artigo 89º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, propõe que seja deliberado a homologação do auto de vistoria n.º 30, de 18 de outubro de 2012, e que se

proceda de acordo com o proposto no capítulo V – conclusão, do citado auto de vistoria.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**24-ASSUNTO: QUEIXA DE CASA EM RUÍNA (COD 42)**

**REQUERENTE:** MANUEL MARQUES

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DA CALÇADA - CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 583/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada do parecer do Chefe da DUDE, datado de 22 de outubro de 2012, referindo que os dois proprietários do imóvel foram notificados para proceder à execução das obras de conservação descritas no auto de vistoria n.º 16, de 14 de março de 2012. Um dos proprietários, José Tavares, já executou obras de conservação, como referido na informação n.º 1991, de 18 de junho de 2012, emitida pelos serviços de fiscalização, e o outro proprietário, Fernando Manuel Danho Tavares, vem através do seu advogado referir que não dispõe de dinheiro para executar as obras, solicitando que a Câmara Municipal tome posse administrativa e realize as obras.

Face ao exposto, propõe que a Câmara delibere sobre o pedido do proprietário – Fernando Manuel Danho Tavares.

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão do senhor Fernando Manuel Danho Tavares, por falta de qualquer fundamento legal.

**25-ASSUNTO: VISTORIA POR 3 TÉCNICOS – PROC. N.º 2/11-A (COD 42)**

**REQUERENTE:** JOÃO DA SILVA

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DO CHALÉ – CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 584/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara Municipal que, com base na Informação n.º 496/DAC/2012, de 2 de outubro de 2012, delibere derrogar a deliberação tomada na reunião de 24 de janeiro de 2012, de homologação do auto de vistoria n.º 64/2011, e, conseqüentemente, dando-se sem efeito toda a tramitação procedimental subsequente.

**Deliberado:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**26-ASSUNTO: REALIZAÇÃO DA FESTA DE TODOS OS SANTOS – PARADA DO BISPO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 62)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 585/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que seja ratificado o seu despacho, de autorização de condicionamento de trânsito, para a realização da Festa de Todos os Santos (festa da marrã), na estrada municipal que liga a E.N. 222 à E.N. 313, na Freguesia de Parada do Bispo, entre as 20 horas do dia 31 de outubro e as 13 horas do dia 1 de novembro, a fim de ser permitida a circulação no sentido inverso.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**27-ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DA SÉ (COD 62)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 586/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 651/DMSU, de 10 de outubro de 2012, delibere pela colocação da seguinte sinalização de trânsito na Rua Alexandre Herculano, freguesia da Sé:

- 1 Sinal vertical de passagem para peões (H7) – na barra de paragem da passagem para peões, lado direito;
- Passagem para peões (M11) – entre o número 28 e o número 30;
- 1 Sinal vertical de passagem para peões (H7) – na barra de paragem da passagem para peões, lado esquerdo.

A sinalização referida está regulamentada pelo Dec. Regulamentar 22-A/98 de 01.10 e alterado pelo Dec. Regulamentar n.º 41/2002 de 20.08.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**28-ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DA SÉ (COD 62)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 587/62/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 695/DMSU, de 26 de outubro de 2012, delibere pela colocação da seguinte sinalização de trânsito na Rua da Calçada, freguesia da Sé:

- C16 (Paragem e estacionamento proibido), acompanhado com um painel adicional (além de 15 minutos), no início do arruamento anteriormente referido, do lado direito, no sentido descendente.

A sinalização referida está regulamentada pelo Dec. Regulamentar 22-A/98 de 01.10 e alterado pelo Dec. Regulamentar nº 41/2002 de 20.08.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**29-ASSUNTO: FIXAÇÃO DA TAXA DA DERRAMA PARA O ANO DE 2013 (COD 27)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 588/27/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal propondo, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 14º e do n.º 2 do artigo 12º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro), que a Câmara Municipal:

- Aprovação da fixação da taxa de Derrama em 1,5% para os sujeitos passivos e não isentos do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) e com um volume de negócios em 2012 superior a € 150.000,00, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro;
- Aprovação da isenção da Derrama para os sujeitos passivos e não isentos do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) e com um volume de negócios em 2012 inferior e igual a € 150.000,00, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

Mais, propõe que a presente proposta seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 53º da já citada Lei conjugada com o n.º 1 do artigo 14º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

**Deliberado:** Aprovado, por maioria, com os votos a favor dos senhores vereadores da coligação PSD/CDS-PP e o voto contra do Vereador do PS, tendo o senhor **Agostinho Jorge Paiva Ribeiro**, prestado a seguinte declaração de voto: *“Sempre fomos contra a aplicação desta taxa da Derrama, por ser um imposto extraordinário que se lança sobre os empresários para fazer face, por norma, a um determinado investimento de interesse público prioritário, como contrapartida da necessidade de se impor o seu recebimento. Ora acontece que nunca nos é apresentado esse hipotético objetivo, desconhecendo-se sempre o destino das verbas cobradas com a derrama, o que se nos afigura profundamente imoral, do ponto de vista político. Por outro lado, já percebemos que mantendo esta taxa em vigor estamos a penalizar cada vez mais, e fortemente, os empresários lamecenses, já que a aplicação da mesma taxa resultou, nos dois últimos anos, em diminuição da receita. Mesmo assim, esta coligação PSD/CDS-PP, insensível à situação de crise*

*generalizada que vivemos, teima em persistir no erro, prejudicando cada vez mais o nosso tecido empresarial. Daqui a razão do meu voto contra.”*

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Primeiro, a derrama não é um imposto extraordinário, é um imposto local, previsto na lei das Finanças Locais. A consignação desta receita impõe que a arrecadação seja afeta a um determinado fim. No caso vertente não se trata de uma consignação de receitas. A título de exemplo refere-se a consignação de receitas provenientes das contraordenações aplicadas no âmbito do urbanismo, onde a lei defende que essa receita devia ser aplicada na reabilitação urbana. Aqui, no caso da derrama, a receita é só obtida para as matérias coletáveis que sejam superiores a 150.000 €, que é uma atividade com alguma preponderância em Lamego. Por isso é uma receita de enorme relevo para as finanças do Município de Lamego, e acho que é uma prova de gestão equilibrada e correta aplicar a derrama municipal.”*

### **30-ASSUNTO: FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS DE 2013 (COD 27)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 588/27/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que, nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, propondo à Câmara Municipal a manutenção da percentagem fixada para o ano de 2013, de uma participação de 5% de IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho de Lamego, relativa aos rendimentos do ano 2013 a cobrar em 2014, calculada sobre a respectiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78º do código de IRS, com afetação às despesas municipais, e, posterior comunicação, por via eletrónica, à AT – Autoridade Tributária e Aduaneira, de acordo com o n.º 2 do artigo 20º da Lei das Finanças Locais.

Mais propõe, que a presente proposta seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos de cumprimento do disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 53.º, da referida Lei, conjugada com o n.º 2 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

**Deliberado:** Aprovado, por maioria, com os votos a favor dos senhores vereadores da coligação PSD/CDS-PP e o voto contra do Vereador do PS, tendo o senhor **Agostinho Jorge Paiva Ribeiro**, prestado a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista sempre manifestou a sua profunda discordância pela aplicação da participação de IRS pela percentagem mais elevada que a lei admite. Esta*

*opção política da Coligação PSD/CDS-PP é muito penalizadora para as pessoas e famílias lamecenses, como sempre dissemos, e agora de forma mais evidente e assertiva, dada a profunda crise que atravessamos atualmente.”*

*Em relação a matérias substantivas que penalizam os municípios e que, de facto, retiram alguma capacidade financeira a quem tem de pagar os impostos, o IRS e a Derrama, tanto em termos pessoais como empresariais, o Município aposta nas taxas mais elevadas. Mas depois, na taxa de direitos de passagem, que é irrelevante para o município lamecense, não cobram nada a pretexto da defesa dos interesses do município. Este tipo de procedimento só tem um nome - é uma hipocrisia política absolutamente inaceitável e criticável. Daqui a razão do nosso voto contra.”*

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** proferiu a seguinte declaração de voto:

*“Pelas mesmas razões que já foram aduzidas quer anos anteriores, no ano em curso, por maioria da razão, não há argumentos para baixar a taxa de IRS em 2013, porque, infelizmente, todas as receitas que se possam arrecadar são importantes para o Município. É um esforço que se exige de todos os municípios, mas que se exige, sobretudo, de pessoas que têm rendimentos mais elevados.”*

### **31-ASSUNTO: FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2013 (COD 33-A)**

Presente proposta de deliberação n.º 590/33-A/12 do senhor Presidente da Câmara Municipal para que, nos termos da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, não seja fixada qualquer taxa municipal de direitos de passagem e, por conseguinte, não se proceda à sua aplicação, por se entender que não devem ser os consumidores finais a pagar a taxa prevista naquela legislação, mas sim as empresas de comunicação.

Mais propõe que, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugada com a alínea b) do n.º 2 do artigo 106º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, seja submetida à Assembleia Municipal, para discussão e votação.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

O senhor **Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Voto pela não cobrança desta taxa, com fundamento nas mesmas e exatas razões que me levam a votar contra o estabelecimento das taxas anteriores.”*

**32-ASSUNTO:** MINUTA DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAMEGO E A JUNTA DE FREGUESIA DE VILA NOV DE SOUTO D'EL REI (**COD 52-A**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 591/52-A/12 do senhor Presidente da Câmara, propondo, ao abrigo do n.º 4 do artigo 64º e do n.º 1 do artigo 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que seja aprovada a minuta de protocolo de colaboração técnica e financeira a celebrar entre o Município de Lamego e a Junta de Freguesia de Vila Nova de Souto D' El Rei, para realização de obras no montante total de 20.000,00 € (vinte mil euros).

**Deliberado:** Aprovado, por maioria, com a abstenção do senhor vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro que proferiu a seguinte declaração de voto: *“Embora não discordando do interesse do presente protocolo, voto pela abstenção face à obrigatoriedade do cumprimento da Lei dos Compromissos n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.”*

**33-ASSUNTO:** MINUTA DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAMEGO E A JUNTA DE FREGUESIA DE FERREIRIM (**COD 52-A**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 592/52-A/12 do senhor Presidente da Câmara, propondo, ao abrigo do n.º 4 do artigo 64º e do n.º 1 do artigo 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que seja aprovada a minuta de protocolo de colaboração técnica e financeira a celebrar entre o Município de Lamego e a Junta de Freguesia de Ferreirim, para realização de obra *“alargamento e beneficiação do caminho das Bajoncas, entre a Av. Central e a Av. de Mós”* no montante total de 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros).

**Deliberado:** Aprovado, por maioria, com a abstenção do senhor vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro que proferiu a seguinte declaração de voto: *“Embora não discordando do interesse do presente protocolo, voto pela abstenção face à obrigatoriedade do cumprimento da Lei dos Compromissos n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.”*

**APÓS A ORDEM DO DIA**



Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

**34-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO (COD 51)**

**REQUERENTE:** ALCINO FILIPE COUTINHO XAVIER CARVALHO “TREBARUNA”

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 593/51/12 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, para que, no seguimento do pedido do senhor Alcino Filipe Coutinho Xavier Carvalho – Bar Trebaruna, seja ratificado o seu despacho datado de 9 de novembro de 2012, no qual autorizou o prolongamento de funcionamento de horário, das 02H00 da manhã para as 04H00, nos dias 10 e 11 de novembro de 2012 e que seja autorizado o mesmo horário para os dias 17, 18, 24 e 25 de novembro de 2012, e 1, 2 de dezembro de 2012, nos termos estabelecidos no artigo 3º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respetivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do nº 1 do artigo 3º, do aqui referido Regulamento Municipal.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**35-ASSUNTO: AQUISIÇÃO, POR PARTE DA LAMEGO CONVIDA – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS, EEM, DAS PARTICIPAÇÕES QUE AS EMPRESAS PRIVADAS DETÉM NA SOCIEDADE LAMEGO RENOVA, S.A. (COD 22-A)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 594/22-A/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, a qual surge no seguimento do ofício n.º 504, de 8 de novembro de 2012, oriundo da empresa municipal Lamego ConVida – Gestão de Equipamentos Municipais, EEM, referindo que pretende adquirir as participações

que as empresas privadas detêm na sociedade Lamego Renova S.A., da qual faz parte.

Nos termos do disposto no artigo 23º, alínea g) dos estatutos da referida empresa municipal, propõe à Câmara Municipal que autorize a Lamego ConVida – Gestão de Equipamentos Municipais, EEM, a adquirir as seguintes participações sociais na Lamego Renova S.A., pelos valores discriminados:

- à sociedade Irmãos Cavaco adquirir a totalidade da sua participação social (22,95%), pelo valor nominal das ações, no montante de € 22.950,00;
- à sociedade Francisco Pereira Marinho & Irmãos SA adquirir a totalidade da sua participação social (15,30%), pelo valor nominal das ações, no montante de € 15.300,00;
- à sociedade Construções Gabriel A. S. Couto, S.A. adquirir a totalidade da sua participação social (10,20%), pelo valor nominal das ações, no montante de € 10.200,00;
- à sociedade ETI – Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, S.A. adquirir a totalidade da sua participação social (2,55%), pelo valor nominal das ações, no montante de € 2.550,00;

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos senhores vereadores da coligação PSD/CDS-PP e o voto contra do Vereador do PS, manifestar disponibilidade, para eventualmente vir a viabilizar a aquisição das participações que as empresas privadas detêm na sociedade Lamego Renova, S.A., cuja decisão final deverá ser precedida de uma análise aos estatutos e pacto social da Lamego Renova, S.A., bem como do balancete analítico à data da entrega de toda esta documentação, pela empresa municipal Lamego Convida, EEM.

Mais foi deliberado submeter esta proposta à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal para efeitos de cumprimento do disposto no artigo 61º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, bem como a sua submissão à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 23º da citada Lei.

O senhor **Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** proferiu a seguinte declaração de voto:

*“Como é sabido publicamente sempre fomos contra a constituição da empresa municipal Lamego Convida, EEM e a construção do pavilhão multiusos. Portanto, esta posição decorre dos princípios que sempre defendemos e praticamos. No entanto, e quanto a esta proposta em particular, impõe-se colocar as seguintes questões:*

*1º - Não se percebe como é que uma proposta de decisão desta envergadura não vem acompanhada e suportada de uma informação dos nossos serviços, nas suas componentes jurídica e técnica, que nos pudesse dar algum conforto, sobretudo jurídico, em relação à assunção e decisão sobre o que agora nos é proposto.*

*2º - Não se percebe porque razão uma proposta desta natureza nos é apresentada para aquisição da totalidade das ações, adquirindo assim os 100% desse capital social, sem que a mesma venha, ao menos, acompanhada dos respetivos instrumentos de gestão de execução orçamental, (relatórios e prestação de contas dos últimos anos) para percebermos com fidedignidade a situação real, financeira e económica, da própria empresa que agora está a ser objeto de deliberação. Isto porque nos preparamos para incorporar todos os ativos e todos os passivos na esfera pública, por intermédio da Lamego Convida, sem sabermos em que situação financeira real se encontra a empresa da parceria público privada, Lamego Renova, S. A..*

*Este é um problema que consideramos grave, na sequência dos processos judiciais que correm a propósito destas matérias ligadas à empresa Lamego Convida e esse facto deve preocupar-nos ainda mais, perguntando-nos mesmo porque não poderemos pensar o contrário do que aqui se fundamenta para estas possibilidades de aquisição da totalidade das ações? Ou seja, não estaremos nós aqui a fazer uma incorporação dos ativos e dos passivos da Lamego Renova para a esfera exclusivamente pública, admitindo assim que os parceiros privados deste projeto possam escapar à assunção integral das suas responsabilidades, assumindo o Município de Lamego a totalidade das mesmas?*

*É que, em lado algum, o Tribunal de Contas (aquando da auditoria às contas do ano de 2008) nos aponta esta via como sendo o procedimento correto para a cabal resolução dos problemas criados por esta coligação, no que a esta parceria diz respeito, pelo que não nos é demonstrado ser este o caminho certo para o fazer.*

*Perante esta ausência completa de informação adequada e exigível do ponto de vista legal, e com base nos elementos que acabei de referir, voto contra esta proposta de aquisição das participações sociais na Lamego Renova, S.A.”*

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** proferiu a seguinte declaração de voto: “A Lei 50/2012, de 31 de agosto, veio estabelecer o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais. É neste contexto que voto favoravelmente esta proposta no pressuposto de que a mesma cumpre a legislação em vigor que enquadra a atividade empresarial local, E.M., e também por entender

*o seu conteúdo como sendo uma primeira auscultação à Câmara Municipal quanto à sua intenção na aquisição daquelas ações, tendo em vista a criação de condições favoráveis para a adequada resolução deste assunto na sessão da Assembleia Geral da Renova, S.A., dada a importância de que se reveste este assunto.*

*Por outro lado, reconheço a necessidade de a proposta de decisão final vir acompanhada dos estatutos e pacto social da Lamego Renova, S.A., bem como do balancete analítico à data em que aquela for apresentada, sendo que todo o processo será remetido a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 23º da citada Lei.”*

O senhor **Vereador Jorge Guedes Osório Augusto** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Votei favoravelmente esta proposta no pressuposto de que a mesma cumpre a legislação em vigor que enquadra a atividade empresarial local, E.M., e também por entender o seu conteúdo como uma primeira auscultação à Câmara Municipal quanto à sua intenção na aquisição daquelas ações, tendo em vista a criação de condições favoráveis para a adequada resolução deste assunto na sessão da Assembleia Geral da Lamego Renova, S.A., que se realizará amanhã, considerando a natureza de interesse público de que se reveste esta matéria.*

*Efetivamente, a proposta para decisão final deverá vir acompanhada dos estatutos e pacto social da Lamego Renova, S.A., bem como do balancete analítico à data em que aquela for apresentada”.*

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Faço minhas as palavras do senhor vereador Jorge Guedes Osório Augusto, portanto, voto a favor desta proposta, pela confiança que deposito no senhor Presidente da Câmara e por tudo o que tem sido transmitido pelo senhor Vice-Presidente e pela convicção de que este processo irá ser submetido a fiscalização prévia do Tribunal de Contas. No entanto, considero uma falta grave a ausência de documentação base que nos faça antever o passivo e o ativo da empresa Lamego Renova, S.A. que conduza a uma decisão consciente sobre este assunto.”*

### **36-ASSUNTO:** PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DA DÍVIDA DA RENDA DA HABITAÇÃO (COD 31)

**REQUERENTE:** RAFAEL SOARES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 595/31/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, a qual refere que o senhor Rafael Soares, morador na

Quinta de Sto. António, lote 33, bloco B - 2º-direito traseiras, possui rendas de habitação em atraso no valor de 216,11 € (duzentos e dezasseis euros e onze cêntimos), o que, de acordo com a legislação em vigor, lhe confere o direito de proceder ao pagamento em prestações, desde que estas não excedam em caso algum o n.º de 36 e o valor de qualquer uma delas não seja inferior a uma unidade de conta, que este ano se cifra na quantia de 102,00 €. No entanto, e em casos de notória e comprovada debilidade económica, como é o caso desta família, o que se pode facilmente aferir atentando aos documentos comprovativos dos rendimentos, poderá esta Câmara Municipal, extraordinariamente, deferir o pagamento em três prestações, duas no valor de 72,04 € e uma no valor de 72,03 €.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que seja analisado e deliberado o pedido do requerente.

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão do requerente, autorizando o pagamento da dívida da renda da habitação em três prestações.

### **37-ASSUNTO: PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (COD 14)**

O senhor Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo do teor do ofício n.º 1685, datado de 12 de novembro de 2012, oriundo do Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa, informando que o pedido de adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), foi objeto de decisão favorável pela Comissão de Análise, tendo sido aceite pelo valor de financiamento solicitado.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal a aprovação da minuta de contrato de empréstimo ao referido Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), e autorizar o senhor Presidente da Câmara a outorgá-lo.

**Deliberado:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos a favor dos vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS-PP, e a abstenção do Vereador do PS, aprovar a minuta de contrato de empréstimo ao referido Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), e autorizar o senhor Presidente da Câmara a outorgá-lo, tendo o senhor vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, proferido a seguinte declaração de voto: *“Abstenho-me, pelas razões por mim expressas, aquando da decisão de submeter o Município de Lamego ao Programa II do PAEL - Programa de Apoio à Economia Local.”*

Mais foi deliberado, remeter o contrato de empréstimo ao abrigo do PAEL, a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, para efeitos de cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 46º, da LOPTC.

**38-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)**

Proposta do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

**Deliberado:** Aprovado por unanimidade.

**39-ASSUNTO: TERMO (COD 60)**

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas e trinta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Vice-Presidente,

A Secretária